



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2007
(Da Sra. Perpétua Almeida)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em parceria com a Controladoria Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União - TCU realize auditoria especial para a apuração de denúncias de prejuízos, gestão temerária e lavagem de dinheiro envolvendo o sistema de loterias da Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente,

Com base no art. 70 da Constituição Federal e do art. 100, § 1º, combinado com os arts. 60, I e II e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne a adotar as providências necessárias, para que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em parceria com a Controladoria Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União - TCU realize auditoria especial para a apuração de denúncias de prejuízos, gestão temerária e lavagem de dinheiro envolvendo o sistema de loterias da Caixa Econômica Federal.

JUSTIFICATIVA

Matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo, de 27 de fevereiro de 2007, noticia denúncia apresentada pelo Ilustre parlamentar Alvaro Dias.

Segundo o Senador, relatórios do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), ligado ao Ministério da Fazenda, apontam indícios de lavagem de dinheiro em loterias da CEF (Caixa Econômica Federal) com a suposta conivência de funcionários no período de 2002 a 2006.

Para termos uma idéia do problema, somente, em São Paulo, três irmãos venceram 525 vezes na loteria e receberam R\$ 3,77 mi e outra pessoa ganhou 327



CÂMARA DOS DEPUTADOS

vezes e ficou com R\$ 1,58 mi. Os casos lembram, em muito, o esquema montado pelo ex - deputado João Alves, conhecido anão do orçamento que indignou todo o país.

A maioria dos nomes citados no referido relatório já teriam passagem na polícia, sendo indiciados por receptação, estelionato, homicídio, sonegação fiscal e outros crimes.

Diante dos fatos que preocupam esta casa e toda a opinião pública brasileira, não resta outra medida a esta comissão a não ser a fiscalização das denúncias. Desta forma, propomos humildemente a realização de auditoria desta comissão em parceria com TCU e a CGU para apurar os fatos denunciados.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2007.

Deputada Perpétua Almeida